

Aline Marinho Lopes¹

*Os estudos de Maria Isaura Pereira de Queiroz
sobre o campesinato e as transformações no
meio rural brasileiro*

Maria Isaura Pereira de Queiroz estudou o mundo rural e a agricultura no Brasil a partir do início da década de 1950 até o início da década de 1980, debruçando-se sobre um conjunto bastante heterogêneo de fenômenos. Realizando uma série de pesquisas sobre o cangaço, o messianismo, o mandonismo, as festas populares e o catolicismo rústico, a autora procurou analisar a estrutura e a organização das populações rurais, concentrando os seus esforços de análise, de maneira mais específica, sobre a camada constituída pelos homens livres e pobres do campo. Dessa forma, a temática do campesinato abarca, a rigor, o conjunto da obra da autora. O presente artigo, no entanto, enfatiza suas reflexões em torno do gênero de vida desses grupos, sobretudo a partir da sua forma específica de organização: os bairros rurais.

Inspirados nos conceitos formulados por Antonio Candido em *Os parceiros do Rio Bonito*, os estudos sobre os bairros rurais realizados por Maria Isaura permitem aprofundar o conhecimento sobre o meio rural brasileiro, analisando os comportamentos, a mentalidade e as formas de solidariedade e sociabilidade características dos pequenos produtores rurais. Ao voltar o foco da análise para o sitiante, identificando-o com o “campesinato brasileiro”, destacando, dessa forma, a sua importância na formação histórica e no conjunto da estrutura agrária do país, Maria Isaura contribui em larga medida para renovar os estudos sobre o meio rural, contrapondo-se aos trabalhos que tendiam a afirmar o isolamento, a marginalidade cultural e a irrelevância

¹ Pós-doutoranda da FAPERJ pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAPERJ/PPGSA/UFRJ), Brasil.
E-mail: alinemarinho78@gmail.com.

do roceiro. A socióloga exerce assim um papel importante na consolidação de uma sociologia dos grupos rurais a partir de um enfoque que privilegia a compreensão da cultura rústica, dimensão ignorada pela maior parte da produção intelectual.

Analisando os grupos rústicos nos anos 1950 e 1960, os estudos de Maria Isaura retratam o mundo rural em um período de intensas transformações, ligadas aos processos de industrialização, urbanização e modernização da agricultura. Suas pesquisas e reflexões fornecem assim uma importante contribuição ao estudo da mudança social, conformando um ponto de vista original.

O artigo se divide em quatro partes. A primeira procura recuperar, de forma breve, os debates sobre o meio rural brasileiro, no período de 1940 a 1970. A segunda pretende analisar de que maneira Maria Isaura afirma a tese, central na construção do seu pensamento, da existência relativamente autônoma, desde tempos coloniais, de uma camada intermediária no meio rural brasileiro, situada entre os grandes proprietários e os escravos ou assalariados rurais. A terceira parte tem por objetivo discutir aspectos importantes da descrição da autora acerca do universo das culturas tradicionais do campo, definidas pelos conceitos de “cultura rústica” e “bairro rural”. A parte final enfatiza as transformações no modo de vida dos sítiantes, a partir do impacto das mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas do país.

O debate sobre a estrutura agrária brasileira

A temática da mudança social constituiu o fio condutor da produção sociológica da década de 1950. A escolha de temas e enfoques mostra, com efeito, uma preocupação constante com os problemas levantados pela transição de uma sociedade baseada numa economia fundamentalmente agrária para uma sociedade na qual a produção industrial assume preeminência sobre o conjunto da economia (VILLAS BÔAS, 2007; IANNI, 1975).

Uma grande parte dos estudos sobre o meio rural nas décadas de 1940 e 1950 foi efetuada no Brasil sob a forma de estudos de comunidade, monografias sobre a vida econômica, política e religiosa de localidades situadas em diversas regiões do Brasil (cf. FUKUI, 1975; MELATTI, 1983). Os estudos de comunidade procuravam, a partir da reconstrução de um complexo de relações próprias de uma comunidade, analisar em um universo delimitado e restrito os efeitos dos processos de urbanização e industrialização. Desta forma, as características mais gerais de tais estudos são a ênfase na pesquisa empírica e a preocupação com a mudança social. De acordo com Oracy Nogueira,

esperava-se que sua multiplicação levasse a um amplo conhecimento da realidade nacional, em especial do meio rural, servindo de parâmetro para políticos e técnicos em geral (NOGUEIRA, 1955).

Os estudos de comunidade realizados no Brasil sofreram forte influência da sociologia americana, sobretudo através da obra do antropólogo Robert Redfield. Comparando quatro “comunidades” localizadas na península de Yucatan, no México, Redfield desenvolveu a teoria do *continuum folk*-urbano, postulando que, quanto mais se passava do extremo *folk* para o urbano, menor seria o isolamento, maior a heterogeneidade, mais complexa a divisão do trabalho, mais desenvolvida a economia monetária, mais seculares os especialistas profissionais e menos eficazes no controle social as instituições de parentesco. Correspondentemente, haveria maior dependência de instituições de controle de ação impessoal, menor religiosidade, menor tendência a encarar as doenças como resultantes da quebra de uma regra moral e maior liberdade de ação e escolha individual (REDFIELD, 1941, p. 25).

A passagem de um extremo para outro no *continuum folk*-urbano se daria em função do aumento da heterogeneidade social e das possibilidades de interação decorrentes do crescimento das sociedades. Do mesmo modo, a perda do isolamento causada pelo contato com outra sociedade ou cultura também desencadearia este processo. Assim, qualquer comunidade poderia ser localizada em um ponto determinado do *continuum* e, dadas certas condições de densificação populacional e aumento de heterogeneidade, qualquer grupo se moveria na direção do polo urbano. A teoria desenvolvida por Redfield foi objeto de inúmeras críticas nos Estados Unidos e também no Brasil. Ela constituiu, no entanto, durante esse período, uma referência incontornável nos estudos sobre urbanização e mudança social.

A produção sobre a estrutura agrária no Brasil realizada nas décadas de 1950 e 1960 está ligada a um contexto de radicalização política, marcado pelas tensões da guerra fria e pela disputa ideológica entre capitalismo e socialismo. A conjuntura do pós-guerra, caracterizada, de um lado, pela polarização do mundo em blocos e, de outro, pelo processo de “descolonização”, criou as condições para o surgimento, em âmbito mundial, de uma ampla reflexão sobre os problemas sociais e econômicos dos países que passariam a ser considerados parte integrante de um “terceiro mundo” (LINHARES e SILVA, 1981, p. 37). Esse quadro geral propiciou, nesse período, a eclosão de uma grande reflexão em torno das estruturas sociais e econômicas do país, procurando-se diagnosticar as causas do seu atraso e o modo para sua

superação. A temática do desenvolvimento vinha desta forma, para a linha de frente dos debates.

As teses difundidas nesse período postulavam que as estruturas econômicas e sociais do Brasil se caracterizariam pela coexistência de dois modos de produção diferentes: o capitalista e o feudal. Em linhas gerais, a expansão do setor moderno, representado sobretudo pela “burguesia nacional”, era travada pelo setor arcaico, composto por latifundiários, grupos relacionados com o comércio internacional e camponeses. A polêmica feudalismo *versus* capitalismo estruturou grande parte da produção intelectual sobre o meio rural na década de 1960. O atraso da agricultura era visto como o principal obstáculo para a expansão do capitalismo no Brasil, encarada a partir da experiência histórica dos países europeus. A transformação do campo era vista como condição *sine qua non* do desenvolvimento industrial. Assim, Gnaccarini e Moura chamam a atenção para o fato de que “os estudos sobre a estrutura agrária brasileira vão interpretá-la sob o prisma do atraso das mentalidades, no meio rural de países em desenvolvimento, da resistência à mudança, das etapas de desenvolvimento a serem percorridas” (GNACCARINI E MOURA, 1990, p. 10).

O dualismo como esquema conceitual de análise é alvo de um conjunto de críticas que têm por objetivo interpretar de maneira distinta as transformações que ocorriam no conjunto da sociedade brasileira. Embora divergentes entre si, tais apreciações aludiam, muitas vezes, à visão que qualificava a agricultura brasileira como “ineficiente” no processo de desenvolvimento nacional.

Caio Prado Jr. formulou as primeiras críticas às interpretações que viam no feudalismo o modo de produção dominante da agricultura brasileira, opondo-se à noção da coexistência de um setor arcaico e de um setor moderno em justaposição no Brasil contemporâneo. Em *A revolução brasileira*, publicado em 1966, o autor chama a atenção para o equívoco dos modelos que procuravam interpretar a experiência histórica dos “países colonizados” a partir do modelo estabelecido pelo programa do VI Congresso da Internacional Comunista de 1928, opondo-se à corrente da esquerda nacionalista que se apegava ao esquema evolutivo linear dos modos de produção.

A discussão que se iniciou em torno dessas primeiras críticas propiciou uma mudança importante na maneira de enfocar a agricultura no Brasil, levando os pesquisadores a abandonar, progressivamente, a bipolarização capitalismo/feudalismo e a rever os esquemas evolutivos dos modos de produção, abrindo-se um flanco novo de análise.

Nos autores das teses “feudal” e “capitalista”, o campesinato enquanto pequena produção aparecia como questão marginal, ou como um tipo de produtor residual. Gnaccarini e Moura 1990, p. 14, ressaltam que, “como o centro da questão era esmiuçar a natureza do latifúndio, o colono e o parceiro é que eram vistos como camponeses ou remanescentes destes, ou proletários disfarçados”. Caio Prado Jr. não atribuiu, contudo, relevância à agricultura em pequena escala, vendo-a como residual na estrutura agrária brasileira. Assim, a compreensão da questão do campesinato exigiu que se deslocasse a discussão do latifúndio para a pequena produção, mostrando a multiplicidade das relações de trabalho no campo.

Uma categoria rural esquecida

Em seus estudos, Maria Isaura chama a atenção para o fato de que a estratificação social, no meio rural, é com frequência caracterizada como fortemente hierarquizada em duas camadas distintas que na época da escravatura eram compostas por senhores e escravos, passando a ser formada, após a abolição, por fazendeiros e assalariados. “A dualidade social constituiria a configuração específica do Brasil como sociedade, não existindo praticamente um meio termo entre as duas posições extremas. O termo médio, ausente da vida rural e fruto do desenvolvimento da vida urbana, teria surgido nas cidades principalmente a partir de fins do século XIX” (QUEIROZ, 1976, p. 33).

Em “O sitiante tradicional brasileiro e o problema do campesinato” (1976), Maria Isaura faz uma breve revisão das interpretações elaboradas a respeito do meio rural brasileiro, ressaltando que algumas das hipóteses formuladas “ganham foros de explicação definitiva” (p. 7), contribuindo para cristalizar certas imagens a respeito das populações do interior do Brasil. Maria Isaura cita, por exemplo, os trabalhos de Oliveira Vianna. Descrevendo as *Populações meridionais do Brasil* (1920, 1923), o autor encontrou, com efeito, “nas grandes propriedades rurais, grande distância social entre os fazendeiros e os trabalhadores da gleba, fossem escravos ou não. Entre estes dois estratos, a comunicação é praticamente inexistente; embora complementares e indispensáveis um ao outro, estão estritamente separados” (apud QUEIROZ, p. 9). Para Oliveira Vianna, “não existiriam camadas intermediárias; os pobres caipiras livres que habitam fora da propriedade não se distinguem dos trabalhadores da fazenda senão por uma miséria ainda maior, uma vez que lhes falta o apoio paternal do fazendeiro” (id.). Maria Isaura observa que a obra de Gilberto Freyre concorreu para reforçar a hipótese de que a configuração social do

meio rural brasileiro era formada apenas pela casa grande e a senzala, transportando, mais tarde, esta dicotomia para as cidades. Assim, “a camada intermediária continuava a não existir, do ponto de vista socioeconômico” (ibid., p. 10).

As afirmações em relação à irrelevância do sítio como categoria social e à sua marginalidade cultural são refutadas de maneira veemente nos trabalhos de Maria Isaura. No artigo “Uma categoria rural esquecida”, publicado em 1963, na *Revista Brasileira*, a autora chama a atenção para a coexistência, desde a época colonial, de dois tipos de economia, servindo de apoio a dois estilos de vida diferentes: a economia das grandes propriedades, voltada para uma produção monocultora destinada ao mercado internacional e uma economia de abastecimento, orientada para a produção de gêneros de primeira necessidade, a partir da utilização da mão de obra familiar, característica dos bairros rurais. Assim, Maria Isaura aponta que “fazendeiros e trabalhadores da camada inferior não (...) constituem os dois únicos termos de uma estratificação rural brasileira; entre ambos, sempre existiu uma camada de sítios independentes, quebrando a dualidade que tem sido encarada como tradicional” (QUEIROZ, 1963, p. 37-38).

A autora assinala que a economia fechada não se restringia, por outro lado, a determinadas regiões mais decadentes do país, misturando-se com as grandes propriedades de agricultura comercial e chegando até a beira das cidades, distribuindo-se de forma irregular. Dessa forma, uma parcela considerável dos pequenos proprietários vivia em regime de economia fechada, destinando seus produtos ao próprio consumo e mantendo-se à margem do mundo moderno de produção, orientado para a obtenção de lucros decorrentes de transações no mercado. Voltadas para a exportação, as grandes plantações exigiam, efetivamente, elementos distintos, tanto do ponto de vista da organização quanto da mentalidade dos próprios indivíduos envolvidos. A economia fechada tende, ao contrário, a restringir as ambições e os esforços dos trabalhadores exclusivamente à satisfação das necessidades familiares, utilizando técnicas rudimentares.

Maria Isaura ressalta que os estudos sobre o Brasil rural tenderam, no entanto, a concentrar-se sobre as grandes propriedades rurais, ignorando quase inteiramente o gênero de vida e a organização socioeconômica dos pequenos produtores independentes. “Admitia-se sem maior exame que se tratava de gente vivendo à margem da economia global do país, e nela entrosando-se muito pouco” (QUEIROZ, 1967, p. 287). A continuidade da civilização rústica é, dessa forma, explicada

em função da marginalidade em que viveriam as populações rurais brasileiras, afastadas da civilização urbana. A autora observa que a interpretação proposta por Euclides da Cunha em *Os sertões* contribuiu para fortalecer essa visão. Para este autor, “se no fundo das províncias brasileiras persistiam *mores* e maneiras de ser que remontavam à época colonial, era porque aquela gente se tinha mantido ilhada em suas glebas, separada das cidades da costa, nas quais tinha lugar o progresso” (QUEIROZ, 1976, p. 8).

Maria Isaura assinala que os trabalhos do antropólogo norte-americano James Watson reforçam essa hipótese. Aproximando-se das conclusões de Redfield, Watson postula que, quanto mais próximos dos centros urbanos, maior “ocidentalização” sofreriam os caboclos tradicionais. Ele estabelece dois tipos, que representam estágios distintos no processo de ocidentalização: os sitiantes “circum-urbanos”, já em vias de se integrar, e os caboclos “isolados e de fronteira”, que conservariam melhor os traços específicos da civilização tradicional, caracterizada da seguinte forma: alto grau de autossuficiência econômica; pequena utilização do sistema monetário; produção preponderantemente destinada ao consumo direto e quase imediato; aproveitamento comercial do pequeno excedente de produção (ibid., p. 41).

A afirmação da existência relativamente autônoma de uma camada intermediária no meio rural, composta por sitiantes, constitui a tese central da sociologia rural de Maria Isaura². A pequena propriedade não resulta, portanto, necessariamente da decadência do latifúndio, convivendo com ela desde a colonização. Inspirando-se nos conceitos de “bairro rural” e “civilização rústica”, descritos por Antonio Candido em *Os parceiros do Rio Bonito*, publicado na década de 1960, suas obras destacam a importância do campesinato, que não se definiria apenas pela expressão jurídica da posse da terra, mas também pelas práticas e representações ideológicas, culturais e sociais. “Como vive, como pensa, como reage esta camada” (ibid., p. 31), eis a preocupação que norteia as pesquisas da autora. A seção que se segue tem por objetivo, dessa forma, descrever os conceitos de bairro rural e de civilização rústica, que definem o universo das culturas tradicionais do campo.

Bairros rurais e civilização rústica

Os bairros se caracterizam pela sua forma específica de implantação no solo, constituindo um *habitat* disperso, centralizado por um pe-

² Esse ponto também foi ressaltado por Jackson (2002).

queno núcleo de habitações em torno da capela. A festa do padroeiro representa um momento importante de reunião para os componentes dispersos pelas cercanias, constituindo um fator de fortalecimento da solidariedade interna. Cada bairro se compõe de famílias conjugais autônomas, autárquicas, lavrando suas roças de maneira independente. “Não podiam, porém, prescindir do auxílio dos vizinhos sem grave diminuição de recursos, pois suas técnicas eram as mais rudimentares” (QUEIROZ, 1973, p. 4).

O trabalho rural em comum constitui, assim, uma segunda maneira de congregar os habitantes do bairro, além da festa religiosa. Afora essas ocasiões regulares, também são realizados encontros informais e ocasionais, multiplicando as reuniões. Maria Isaura ressalta que “a vida dos bairros se caracteriza por um ritmo que lhes é próprio, em que a dispersão habitual e quotidiana alterna com momentos de aproximação, proporcionados ora pela necessidade de certos trabalhos em comum, ora pelas festas, tanto em sua função religiosa quanto em sua função recreativa” (ibid., p. 73). A autora destaca que as famílias dispersas no espaço geográfico se reconhecem como grupo pelo fato de atenderem a tais encontros periódicos.

Os bairros rurais são definidos, portanto, pelos vínculos sociais que unem seus membros, constituindo, do ponto de vista sociológico, um “grupo de vizinhança”, isto é, “indivíduos associados por residirem na mesma zona e cuja existência depende da cooperação recíproca nas mais variadas atividades – econômica, religiosa, política etc.” (ibid., p. 75). Assim, o gênero de vida dos sítiantes é marcado pela coletivização das atividades. Maria Isaura chama a atenção para o fato de que “raramente algo se passa naquelas comunidades, em matéria de atividades, que não seja levado a efeito em grupo. Religião, política, lazer, tudo serve de ocasião para agrupamentos e reuniões” (QUEIROZ, 1963, p. 86).

Maria Isaura assinala que, enquanto a vida de uma fazenda era marcada pela reclusão e pelo isolamento, a vida dos sítiantes se definia pela solidariedade vicinal. Estabelecia-se assim uma rede de relações entre os roceiros pertencentes ao mesmo bairro, que adquiriam consciência de sua unidade e funcionamento. O “sentimento de localidade”, conferindo aos habitantes a noção de pertencer a determinado bairro, incitando uma consciência grupal, constitui um fator importante para delimitar a sua extensão. Embora marcados por certa fluidez e dispersão, os bairros formam unidades funcionais autônomas: “Configuração social intermediária entre a família, de um lado, e de outro lado o arraial, ou a vila, ou a cidadezinha, o bairro apresentava

as formas mais elementares de sociabilidade da vida rústica” (QUEIROZ, 1973, p. 4). Os bairros são estruturados internamente de maneira igualitária, reunindo indivíduos pertencentes ao mesmo nível social. O aparecimento de uma estratificação social constitui, portanto, sinal de uma transformação profunda, ou mesmo da destruição do bairro.

Ligados às formas essenciais da sociabilidade, sem as quais a vida camponesa cairia na anomia, encontram-se um tipo de mentalidade e tipos de comportamentos característicos. Os bairros rurais preservam, dessa forma, traços culturais específicos, que definem a civilização rústica. Com efeito, “era no bairro que tal civilização tinha ‘por assim dizer sua sede mais característica e resistente’” (CANDIDO apud QUEIROZ, 1973, p. 7).

Em “O sitiante tradicional e a percepção do espaço”, publicado em 1968, numa coletânea de textos editada na França em homenagem à memória de Georges Gurvitch, Maria Isaura discute a percepção do sitiante tradicional com relação ao espaço geográfico e social dentro do qual vive. Sua análise mostra que o sitiante forma a ideia da sociedade e do mundo em que vive através da parentela e do grupo de vizinhança. Assim, a percepção que os sítiantes têm do espaço permanece ligada ao seu ambiente direto, girando em torno de um pequeno núcleo central, podendo ser definida como “egocêntrica”, um dos diversos tipos de percepção definidos por Georges Gurvitch.

Maria Isaura assinala, no entanto, que as relações com o grupo de parentes, dispersos no espaço, favorecem uma percepção mais vasta da região de que o bairro é integrante, contrariando a imagem de um grupo social egocêntrico, voltado sobre si mesmo, preciso, limitado em seus contornos. Por outro lado, o bairro não é percebido como único. Festas religiosas e romarias colocam os sítiantes em contato com outros grupos semelhantes aos deles. Desta forma, “o espaço tende (...) a ser percebido como difuso e descentralizado, e não apenas como (...) concêntrico, como parecia à primeira vista”, (QUEIROZ, 1976, p. 65).

A socióloga chama a atenção para o fato de que o espaço percebido pelo sitiante tradicional é marcado por certa ambiguidade, causada pelas características que marcam os espaços, vistos como vastos e difusos, e pelos instrumentos de que dispõe o sitiante para captá-los, isto é, as relações de vizinhança e de parentesco, marcadas por laços estreitos, diretos, pessoais, afetivos. Assim, o espaço parece ao mesmo tempo difuso e restrito, concêntrico e descentralizado.

Maria Isaura ressalta que “a noção de espaço do sitiante só pode nos parecer ambígua, contraditória, afastada do real, pois vivemos num

outro universo dominado pela especialização e pela quantificação” (ibid., p. 67). Ela mostra, no entanto, que sua percepção do espaço não deixa de ser eficaz do ponto de vista operacional. Com efeito, “guiados por ela, agem satisfatoriamente para chegar a seus fins” (id.). A interpretação do sitiante em matéria de distância e espaço é válida dentro do contexto social a que pertence. A autora chama a atenção para a existência de uma variabilidade de percepções em função de enraizamentos precisos no tempo e no espaço.

Buscando em dimensões socioculturais da existência camponesa outras ordens de explicação para o perfil da sociedade agrária brasileira, as análises de Maria Isaura afastam-se do economicismo que tendia a dar a tônica deste universo de indagações, contribuindo para complexificar e problematizar a construção do tempo social e dos conteúdos simbólicos das relações sociais, estejam estes direta ou indiretamente referidos à realidade do trabalho e da terra.

Conservação e decadência dos bairros rurais

Os estudos de sociologia rural de Maria Isaura fornecem, de um lado, uma descrição profunda e original da estrutura rural brasileira, enfatizando a camada composta pelos sitiantes tradicionais. De outro lado, como assinalamos, a autora constrói uma análise atenta às transformações resultantes da modernização do país, intensificadas em função dos processos de industrialização e urbanização, alinhando-se, dessa forma, às preocupações teóricas que orientam boa parte da produção sociológica da década de 1950.

Já referimos anteriormente que a obra de Antonio Candido constituiu uma referência importante nas pesquisas de Maria Isaura. Com efeito, partindo das conclusões formuladas em *Os parceiros do Rio Bonito*, a socióloga aborda a questão da mudança sociocultural no meio rural tradicional, através de um conjunto de pesquisas empíricas realizadas em regiões distintas do Brasil: o povoado de Santa Brígida, localizado na Bahia; e uma série de localidades situadas no Estado de São Paulo.

Analisando a adaptação do camponês às novas condições de vida ligadas ao desenvolvimento da grande propriedade agrícola e da industrialização, Antonio Candido chama a atenção para transformações profundas no padrão de sociabilidade conformado pelo bairro, configurando-se num estado de crise. Maria Isaura ressalta que *Os parceiros do Rio Bonito* “focalizou a ruína econômica dos ‘bairros’ paulistas, diante do avanço da civilização industrial. O caboclo não recusa o progresso, pelo contrário; e isso o esmaga” (QUEIROZ, 1963, p. 91).

Sistema tradicionalmente fechado, a desorganização da sociedade caipira está, de fato, ligada aos problemas decorrentes de sua integração ao capitalismo.

A crescente invasão de suas feiras por produtos industrializados gera a necessidade de um excedente de produção que lhe permita adquirir os novos bens. As novas gerações tendem, com efeito, a recusar as técnicas e objetos tradicionais e a valorizar o que é imposto pelo mercado. O caipira é obrigado a intensificar o ritmo de trabalho. Não alcança, no entanto, o resultado almejado. A regularidade dos preços, na compra dos produtos de que necessita, não é acompanhada pela regularidade na venda do que produz. Esse problema, acrescido da dificuldade de racionalizar a economia doméstica, leva ao desequilíbrio, acarretando um declínio do seu nível de vida. A mobilidade e a abundância de terra constituíam fatores essenciais para amenizar os prejuízos decorrentes da adaptação precária do caipira ao meio ambiente. Dessa forma, a nova situação ameaça seriamente a sobrevivência do grupo. As atividades sociais por excelência, como as festas, os mutirões e as trocas alimentares, diminuem sensivelmente, à medida que o ritmo de trabalho aumenta. As posições sociais também sofrem alterações, reorganizando-se no sentido da sociedade de classes.

Assim, para Antonio Candido, a sociedade caipira caminha para o fim inevitável. O estado de parceria, permitindo preservar ao máximo as formas tradicionais do antigo equilíbrio socioeconômico, é visto pelo autor como uma forma de resistência cultural, mas não representa uma saída viável para a crise que enfrenta o caipira. Segundo Antonio Candido, a cultura caipira “não foi feita para o progresso, a sua mudança é o seu fim, porque está baseada em tipos tão precários de ajustamento ecológico e social, que a alteração destes provoca a derrocada das formas de cultura por eles condicionada” (CANDIDO, 1971, p. 21). A transformação da vida camponesa leva, portanto, à desorganização social e à anomia.

Em “*Désorganisation des petites communes brésiliennes*”, publicado em 1960 nos *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Maria Isaura procura verificar, a partir de pesquisas realizadas em meados da década de 1950 nos bairros rurais localizados no distrito de Santa Brígida, no Estado da Bahia, se a integração do camponês no mundo capitalista poderia efetuar-se apenas a partir de um estado de crise, tendo como resultado a desorganização socioeconômica. Ela observa que um reerguimento do pequeno proprietário “implicaria uma melhor adaptação ao mundo moderno, que o trabalho de Antonio Candido parecia indicar ser inviável” (QUEIROZ, 1973, p. 2).

O povoado de Santa Brígida era composto por um grupo de baianos autóctones e um grupo formado principalmente por alagoanos que haviam emigrado do seu estado natal por volta de 1945. Os dois grupos de habitantes distinguiam-se em diversos aspectos. Maria Isaura assinala que os sitiantes baianos que habitavam as terras situadas nos arredores de Santa Brígida não participavam mais das festas religiosas, a produção agrícola encontrava-se reduzida, a prática do mutirão havia desaparecido e a solidariedade familiar estava em decadência, demonstrando um empobrecimento das relações e dos controles sociais essenciais. Desse modo, a vida social encontrava-se próxima de um estado de anomia.

No entanto, a desorganização da vida socioeconômica dos baianos de Santa Brígida não havia sido causada pelo contato com a civilização moderna, sendo explicada, ao contrário, por um fator interno. O envolvimento de grande parte dos homens nos grupos de cangaceiros que devastaram a região durante certo período (ou nas milícias formadas pelo governo para combatê-los) determinou um déficit na população masculina, acarretando o enfraquecimento da vida familiar e das práticas coletivas. A autora chama a atenção para o fato de que o contato entre duas culturas diferentes não constitui o único fator de mudança para as pequenas comunidades rurais brasileiras. Fatores internos à cultura também podem provocar a decadência da organização camponesa tradicional (neste caso, o desequilíbrio entre a população feminina e a masculina).

A comunidade dos alagoanos mostrava-se, ao contrário, bastante próspera, conservando de forma vigorosa as relações de sociabilidade características dos bairros rurais. Maria Isaura assinala que os alagoanos foram os primeiros a introduzir inovações na vila, levando o excedente da colheita para as regiões que apresentassem os preços mais atraentes, na Bahia ou nos estados vizinhos. A ruptura do isolamento não afetou, contudo, o desenvolvimento comunitário. A venda do excedente produzido permitiu aos sitiantes se adaptar em parte à vida moderna, sem se desfazer completamente da antiga, constituindo uma forma de ajustamento calcada nos modelos tradicionais. Eles tornaram-se produtores e consumidores, conservando, ao mesmo tempo, a sua organização socioeconômica.

Para Maria Isaura, as relações positivas que os alagoanos mantinham com a vida da região representaram um alargamento das relações sociais, acarretando um enriquecimento de perspectiva. Ela chama a atenção ainda para o fato de que eles também podiam aceitar ou rejeitar mais livremente os modelos da civilização urbana com os

quais entram em contato do que os parceiros analisados por Antonio Candido. O abandono da indústria doméstica, por exemplo, não foi imposto pelas necessidades da adaptação, constituindo uma escolha. A transformação se deu, portanto, de maneira mais lenta, levando a uma coexistência efetiva de comportamentos antigos e modernos.

A socióloga ressalta que a hipótese que Antonio Candido havia formulado a partir de suas pesquisas no Estado de São Paulo é parcialmente confirmada pelo exemplo de Santa Brígida: “Assim como os parceiros, os alagoanos procuram preservar ao máximo as formas tradicionais do equilíbrio socioeconômico, se ajustando a um mínimo inevitável de civilização” (QUEIROZ, 1960, p. 172).

No entanto, Maria Isaura enfatiza que o ajustamento alagoano não deu margem a um estado de crise, afastando-se, portanto, das conclusões delineadas por Antonio Candido. Sua análise mostra que “decaência e miséria não são necessariamente o único destino reservado às comunidades em questão; ao lado do exemplo infeliz do estado de parceiro, percebe-se um ajustamento mais favorável que pode enriquecer a cultura ao invés de empobrecê-la” (id.).

A autora observa que o ritmo acelerado do desenvolvimento paulista dificultava em larga medida a adaptação dos sitiantes, na medida em que diversos fatores constituíam uma ameaça ao conjunto de sua organização sociocultural. O ritmo mais lento do desenvolvimento baiano gerou um período intermediário favorável à estabilização da cultura dos sitiantes.

Para a socióloga não é possível, no entanto, atribuir preponderância à aceleração do progresso como fator de desorganização da cultura sitante. Nesse sentido, na comunidade baiana de Santa Brígida um único elemento levou à instalação de um estado de crise. Basta que ele coloque em risco o ponto crucial sobre o qual se apoia a organização social dos bairros formados por sitiantes: a sua solidariedade interna, baseada no conjunto de atividades coletivas.

Ao longo de sua trajetória, Maria Isaura continuou aprofundando o estudo do meio rural brasileiro, procurando compreender sua estrutura, organização e dinâmica sociais através da realização de pesquisas empíricas em regiões distintas. Na década de 1960, a socióloga retoma as pesquisas a respeito da organização socioeconômica dos sitiantes e de sua adaptação diante das mudanças trazidas pelos fenômenos da industrialização e da urbanização.

Partindo da convicção de que “o método comparativo continua a ser sempre o método por excelência das ciências sociais” (QUEIROZ, 1973, p. 11), a socióloga empreende, a partir de 1962, uma série de

pesquisas em quatro localidades do Estado de São Paulo (Taubaté, Leme, Paraibuna e Itapecerica da Serra), marcadas por graus variados de desenvolvimento urbano e econômico. Ela chama a atenção para o fato de que a metodologia empregada não se confunde com a abordagem associada aos estudos de comunidade, assinalando que não pretende “estudar bairros rurais em si mesmos, como se fossem unidades completas e isoladas” (ibid., p. 13). Nesse sentido, “toda comunidade, por mais isolada, existe sempre dentro de uma região cuja organização social é mais vasta do que aquela, e com a qual se relaciona” (ibid., p. 12).

Além de verificar as condições de existência nos bairros, investigando sua organização interna, a análise pretendia esclarecer aspectos das relações entre os bairros rurais e a sociedade mais ampla que os engloba, procurando “compreender que formas de equilíbrio têm lugar entre eles” (QUEIROZ, 1974, p. 641). Outra questão central na pesquisa se refere aos problemas ligados à conservação e à decadência dos bairros rurais. Partindo novamente das conclusões de Antonio Candido acerca da desorganização progressiva da sociedade caipira e da hipótese de James Watson a respeito do grau de ocidentalização da cultura rústica em função do seu isolamento, Maria Isaura procura “descobrir se nas zonas de vida rural mais pobre haveria uma conservação da civilização caipira, e se nas zonas de vida rural mais desenvolvida ela teria realmente desaparecido” (QUEIROZ, 1973, p. 15). Os resultados do estudo dão origem ao trabalho intitulado *Bairros rurais paulistas: estudo sociológico*, publicado pela primeira vez em 1967 na *Revista do Museu Paulista*.

Maria Isaura ressalta que a proximidade entre a Cidade de Taubaté, caracterizada por um alto grau de urbanização e de industrialização, e os bairros rurais localizados em seu entorno, marcados por um nível de vida precário, não parece contribuir para o desenvolvimento do meio rural. Os bairros não podiam, no entanto, ser considerados isolados, apesar do mau estado das estradas. Com efeito, “os roceiros vão a Taubaté vender as sobras das colheitas, abastecendo-se ali daquilo que necessitam e não produzem” (ibid., p. 26).

Assim, o exemplo do Município de Taubaté contraria a hipótese, formulada por James Watson, de que as zonas rurais circum-urbanas, isto é, localizadas muito próximo de zonas citadinas, sofreriam influências inevitáveis e se modernizariam mais depressa do que as zonas periféricas ou isoladas. O caso analisado demonstra, para Maria Isaura, “que a elevação do índice de urbanização num município não significa que naquela área tenha desaparecido a civilização

caipira, e tampouco significa que a área municipal ou regional, como um todo, esteja sofrendo um processo intenso de desenvolvimento” (ibid., p. 29).

O segundo caso analisado, referente ao Município de Leme, permite reforçar a conclusão a que a autora havia chegado com a análise dos bairros situados nas proximidades do Município de Taubaté, demonstrando que a existência de uma grande cidade não é fator essencial de desenvolvimento para a área rural imediatamente próxima. De fato, “Leme, cidade sem desenvolvimento e sem industrialização, coexiste com uma zona rural de bom nível econômico” (ibid., p. 51). Maria Isaura assinala que o município funcionava, sobretudo, como um centro administrativo destinado a servir os bairros em seu entorno, classificando-se como um prolongamento da zona rural. Efetivamente, não existiam diferenças notáveis de nível de vida entre citadinos e roceiros. Maria Isaura aponta para certa homogeneidade entre a vida urbana e a vida rural, assinalando que, desse ponto de vista, Leme se apresenta como um município equilibrado, ao contrário do que foi encontrado em Taubaté. Para ela, a homogeneidade anula a possibilidade de existência de polos opostos, excluindo a ideia de *continuum* formulada por Redfield. A autora observa que “a própria falta de desenvolvimento da sede do município faz com que os habitantes do bairro (...) sejam obrigados a se evadir deste, entrando em contato com outras zonas rurais e urbanas diferentes, o que vai agir também como fator de desenvolvimento e de enriquecimento cultural” (ibid., p. 51).

Maria Isaura assinala que a situação observada no bairro rural de Leme, em que a venda dos produtos constituía o objetivo principal da atividade rural, passando a subsistência para objetivo secundário, contrariava a definição de bairro rural proposta inicialmente, como formado de camponeses. A autora chama a atenção, no entanto, para o fato de que as relações familiares, as relações vicinais e as relações de trabalho no bairro continuavam semelhantes às dos bairros tradicionais, expressando-se na importância da ajuda mútua, do compadrio, das festas religiosas. A falta de estratificação social, que constitui um dos caracteres principais dos bairros tradicionais, também continuava em plena vigência nos bairros de Leme. Desse modo, pode-se “afirmar que estamos diante de um grupo social que se enquadra na definição de bairro rural, no que este apresenta de fundamental” (ibid., p. 48).

Assim, Maria Isaura conclui que o bairro rural tradicional coexiste com outra forma, “a do bairro rural cujos sitiantes, tendo já adotado uma agricultura comercializada, não abandonaram todavia as relações

sociais e o modo específico de *habitat* que definem o bairro rural” (ibid., p. 49). A definição de bairro rural proposta pela socióloga coloca, em primeiro plano, o tipo específico de relações sociais e de relações de trabalho, deixando o aspecto econômico em segundo plano.

Os sitiantes que habitavam os bairros rurais do Sertão de Paraibuna, o terceiro município estudado, viviam da comercialização da produção leiteira, norteando suas atividades em função da preocupação com o aumento do rendimento. Eles encontravam-se, portanto, efetivamente dentro da ótica de uma produção comercializada, e não de uma produção para o autoconsumo. Maria Isaura observa que, “numa zona considerada ruralizada e muito pobre, os sitiantes estão já orientados em sua produção de maneira diferente da tradicional; noutras palavras, o fato de pertencerem a uma zona ruralizada e pobre não impede os sitiantes de Paraibuna de transformarem sua economia e sua maneira de encarar a produção” (ibid., p. 71). A autora destaca, desse modo, que os fatores de ordem econômica e os fatores de ordem cultural não se ligam sempre da mesma maneira.

Maria Isaura chama a atenção para o relativo desligamento entre o Município de Paraibuna e os sitiantes, cuja existência quotidiana era marcada por um caráter de pronunciada autonomia. Analisando diversos fatores de integração entre os bairros e a sociedade global moderna, Maria Isaura chama a atenção, contudo, para o fato de que são principalmente as relações econômicas que delimitam o âmbito das relações externas do bairro rural, pois estas é que se repetem com frequência, regulando a subsistência das famílias. Assim, “o sistema econômico vigente, ao contrário do que habitualmente se pensa e se diz, é o laço mais poderoso de união entre os bairros e a sociedade global; quebra diariamente o clima de independência dos bairros, todas as vezes que os habitantes agem como produtores e como consumidores” (ibid., p. 85).

O paralelismo entre vida rural e vida urbana, constatado a partir da análise dos bairros rurais do Sertão de Paraibuna, não permite caracterizá-los por uma posição de marginalidade econômica ou social. Com efeito, “economicamente falando, estão perfeitamente integrados na vida da região (...). Descrevê-los como à margem da realidade social do Estado é colocar o problema de maneira falsa; tais sitiantes estão plenamente integrados nela, mas sua participação se regula pelos princípios da civilização caipira, e não pelos princípios da civilização moderna” (ibid., p. 87).

No estudo dos bairros de Itapeçerica da Serra, a autora combina uma abordagem sincrônica a uma abordagem diacrônica, procuran-

do compreender como se sucediam as diferentes fases nas relações entre os bairros rurais e a sociedade global. Até a década de 1930, o bairro de Laranjeiras, no Sertão de Itapecerica, mantinha contatos regulares com a Cidade de São Paulo, abastecendo-a de gêneros e adquirindo ali o que não produziam. A economia de pequenas lavouras dos sitiantes da localidade era complementar à economia urbana. Eles participavam, dessa forma, de um mercado que foi se restringindo à medida que crescia a metrópole. Os antigos sitiantes passaram progressivamente a ter como atividade básica a produção do carvão, vendido a intermediários dos quais passam a comprar gêneros básicos para sua subsistência. A produção de carvão extinguiu o contato com a Cidade de São Paulo. Nesta fase, é patente a redução do nível de vida de Laranjeiras.

O trabalho assalariado é o último recurso de que lançam mão. Maria Isaura chama a atenção, desta forma, para “a notável persistência dos valores básicos de trabalho autônomo e de situação econômica independente, que se procura manter a todo custo, muito embora isso acarrete sensível redução do nível econômico” (ibid., p. 110). Aproximando-se novamente da análise de Antonio Candido e reforçando as conclusões encontradas na pesquisa efetuada em Santa Brígida, Maria Isaura destaca, portanto, o recurso à tradição como forma de ajuste do sitante às mudanças socioeconômicas da capital e da região.

A redução do nível de vida dos sitiantes leva à degradação da vida sociocultural, e os sitiantes não podem mais manter o ritmo de vida tradicional. “Trabalham oito horas por dia e cinco dias por semana. Têm patrão e, por isso, estão impedidos de largar o trabalho a fim de participar das festas nos bairros, conforme estavam acostumados” (ibid., p. 99). Assim, Maria Isaura chama a atenção para o fato de que “um novo ritmo de vida, imposto pelo sistema diferente de trabalho em que se integraram, passa a ser o seu” (id.). Maria Isaura mostra que a decadência da civilização rústica, neste caso, não está associada à intensificação dos contatos com a vida urbana. O fator determinante está ligado ao desaparecimento das relações sociais decorrentes do gênero de trabalho que possuíam. “A adoção de outro gênero de trabalho, efetuada num contexto totalmente diferente de suas relações sociais tradicionais, tolhe seus movimentos e leva-os ao empobrecimento sociocultural (ibid., p. 130).

O exemplo do bairro de Palmeiras, situado na mesma região, mostra, contudo, que a mudança social não resulta necessariamente na desorganização socioeconômica dos sitiantes. A partir de 1940, a decadência da lavoura, aliada à queda dos preços do carvão, fez com

que a população procurasse novas fontes de renda, entregando-se a uma pluralidade de atividades. A abertura da estrada federal Regis Bittencourt em 1957 trouxe novas oportunidades aos sitiantes, contribuindo para que o seu nível econômico permanecesse relativamente bom. O bairro de Palmeiras se adaptou às mudanças nas condições de vida conservando a agricultura exclusivamente para fins de subsistência e passando a ganhar a vida com o setor de serviços.

Maria Isaura ressalta, no entanto, que a adoção de novas atividades, introduzindo novos tipos de relações sociais, destruiu o bairro rural em sua especificidade, levando ao desaparecimento do ritmo de reunião-dispersão, proporcionado pelo trabalho em comum e pelas atividades religiosas. Com efeito, muitos habitantes do bairro passaram a trabalhar fora, em profissões que dispensam inteiramente a ajuda mútua. O bairro foi transformado num apêndice da estrada, perdendo pouco a pouco a existência própria. Desse modo, a decadência do bairro como grupo de vizinhança é visível. No entanto, ela não foi acompanhada por uma decadência socioeconômica.

O caso dos bairros analisados no Sertão de Itapecerica permite colocar em evidência a integração entre a camada de sitiantes e a sociedade mais ampla, desmentindo mais uma vez a hipótese de “isolamento” e de “marginalidade” da população caipira, admitida de maneira implícita ou explícita em grande parte dos trabalhos efetuados sobre o meio rural brasileiro. A autora chama a atenção para a multiplicidade de centros de atração a que eram submetidos os sitiantes, destacando que a heterogeneidade social contribui para o enriquecimento das perspectivas. “A mobilidade dos roceiros, seu vai e vem numa determinada região, constituem garantias de maiores possibilidades econômicas e sociais, de maiores oportunidades de negócio” (ibid., p. 130). A análise do caso do bairro de Laranjeiras mostra, por outro lado, que a redução dos contatos dos sitiantes, decorrente da quebra de relações comerciais com a Cidade de São Paulo, acarreta um declínio do seu nível de vida, levando à miséria que caracteriza os carvoeiros. A integração ao mercado não age, portanto, necessariamente como fator de desorganização para o grupo de vizinhança. Dessa forma, Maria Isaura reforça a conclusão a que havia chegado com o estudo dos bairros de Paraibuna, afirmando que a economia constitui o fator mais importante de integração dos bairros à região de que fazem parte, forçando os sitiantes a entrarem em contato com uma realidade socioeconômica distinta.

Assim, o isolamento não contribui para a conservação da organização tradicional, levando, ao contrário, à destruição do gênero de

vida caipira, “que requer, para persistir, contatos constantes embora periódicos com a vizinhança, com as capelas, com as cidades” (ibid., p. 114). Para Maria Isaura, a conservação dos bairros rurais depende do equilíbrio obtido na relação estabelecida com a sociedade global. Dessa forma, é a qualidade dessa relação que determina a sobrevivência ou a dissolução da cultura rústica.

A diferença em relação às conclusões de Antonio Candido, nesse sentido, é apenas de grau. Em *Os parceiros do Rio Bonito*, o autor não aceita a hipótese de isolamento absoluto do caipira, chamando a atenção para o fato de que sempre houve alguma forma de contato com a sociedade abrangente, mesmo que limitada e esporádica. Em seu estudo, o bairro tende, de todo modo, a um isolamento relativo, enquanto Maria Isaura sublinha o contato persistente com a sociedade abrangente, através de fatores variados. Nesse ponto, não existe uma diferença fundamental entre os dois autores, mas o foco dos estudos da autora aponta para uma gama mais extensa de possibilidades, a partir do contato com a cidade. Assim, a socióloga justifica a necessidade do incremento da pesquisa empírica e comparada para dar conta de processo a um só tempo geral e particular (Cf. JACKSON, 2002, p. 97/98).

Outra conclusão importante dos seus estudos diz respeito ao dinamismo da sociedade rústica. Maria Isaura chama a atenção para o fato de que o sitiante brasileiro e seu gênero de vida têm sido encarados implicitamente como se não tivessem sofrido alterações desde a sua formação. “O que se modificou foi a vida cidadina; quanto ao caipira, permaneceu sempre o mesmo, e foi se tornando mais ‘exótico’ à medida que os meios de comunicação, ao se expandir, o tornavam mais acessível à gente da cidade – gente que se considerava inteiramente diferente dele” (QUEIROZ, 1973, p. 150).

Suas pesquisas sobre o campesinato brasileiro permitem colocar em evidência a dinâmica existente no mundo rural, “dinâmica que se traduz por transformações, por melhorias, por decadências, ora tendo por motor fatores internos à própria organização e estrutura dos bairros, ora impelidas por transformações no município e na região a que os bairros pertencem” (id.). Assim, para Maria Isaura, não são grupos estagnados. “Trata-se de um mundo cujas tendências e movimentos internos são de tipo diverso daquele que habitualmente se encontra nas cidades” (id.).

Maria Isaura assinala que as transformações ocorridas nos bairros rurais refletem em parte o movimento da sociedade que o circunda. “Assim, o aparecimento do trabalho assalariado (...), a adoção do con-

trato formal e escrito pelos sitiante e outras mudanças (...) indicam uma influência da sociedade global” (ibid., p. 141). No entanto, ela ressalta que esta age muito mais como uma fornecedora de novos modelos e de sugestões diferentes das antigas do que como uma força impositiva que obriga a mudança ou determina transformações. Dessa forma, “a sociedade global oferece novos padrões de comportamento aos sitiante, alternativas diversas das antigas, mas não existe ainda nenhum mecanismo organizado que os force a segui-los; são ainda livres de escolher o caminho que querem palmilhar” (id.). Ela chama a atenção, por outro lado, para a existência de vários mecanismos nos bairros anulando a possível ação da cidade.

A socióloga se opõe à visão que tende a associar o processo de urbanização a uma tendência à homogeneização da cultura rural e da cultura urbana, padronizando as atividades, percepções e comportamentos em todas as sociedades. A partir dessa premissa, não haveria mais base real para a distinção entre sociologia rural e sociologia urbana. Os dois campos tenderiam a perder o seu objeto e a fundir-se num só. A sociologia rural seria, assim, particular a um determinado estágio de desenvolvimento das sociedades humanas.

A autora tece uma forte crítica, nesse sentido, à sociologia rural norte-americana, contrapondo-a à sociologia rural francesa. Analisando as transformações ocorridas no campo a partir da migração crescente dos habitantes rurais para as cidades e da adoção cada vez maior de modernas técnicas de trabalho, expressas na mecanização da lavoura, os sociólogos rurais americanos aceitariam como inevitável a tendência que levaria o mundo rural a confundir-se com o mundo urbano, copiando suas instituições e suas atitudes. Maria Isaura ressalta que “não se parte apenas do pressuposto de uma urbanização irreversível, como também do postulado básico de que essa urbanização se faz sempre e em toda parte nos moldes do processo atualmente em curso nos Estados Unidos e em algumas partes da Europa” (QUEIROZ, 1969, p. 8).

Os estudos realizados nos Estados Unidos desvendariam premissas que poderiam ser aplicadas a diferentes culturas e civilizações, como base para trabalhos e pesquisas. Assim Maria Isaura assinala que as indagações teóricas são postas de lado. A sociologia rural de tendência norte-americana seria voltada para a prática imediata, concebendo-se como uma disciplina que se destina, sobretudo, a acelerar a integração do mundo rural ao mundo urbano. Seu principal objetivo seria, dessa forma, “dominar um aspecto considerado atrasado e insatisfatório da realidade social para promover nele uma mudança mais rápida no sentido da modernização” (ibid., p. 7).

Para Maria Isaura, a sociologia rural francesa se orienta, ao contrário, por questionamentos teóricos, abordando os problemas numa perspectiva “global”. A sociologia rural não é vista dessa forma como uma disciplina isolada, associando-se à sociologia urbana. Por outro lado, ela não pode ser concebida como destacada de uma realidade social concreta. Assim, “a tendência francesa indaga da própria existência dessa homogeneização progressiva, que não aceita como provada e indiscutível; seu propósito não é procurar uma adequação maior entre o mundo moral e o mundo urbano simplesmente, e sim desvendar que rumos reais seguem os processos em curso” (ibid., p. 8)³.

Segundo a autora, a riqueza demonstrada pelos estudos efetuados no âmbito da antropologia cultural nos Estados Unidos contrasta com as pesquisas levadas a cabo no domínio da sociologia rural, que tendem a negligenciar a influência dos fatores culturais nos processos de mudança. Tendo como pressuposto básico “a igualdade fundamental do homem, em todos os lugares e regiões”, a sociologia norte-americana considera que “os indivíduos se comportam sempre movidos pela mesma ambição, pelos mesmos desejos, pelas mesmas aspirações” (ibid., p. 17).

Assim, “é fora de dúvida que o agricultor que adota as técnicas mais modernas é sempre mais racional do que aquele que não as adota; que os indivíduos que frequentam com mais assiduidade as cidades são mais abertos às inovações do que aqueles que raramente vão a elas etc.” (ibid., p. 17-18). Parte-se, portanto, do pressuposto de que a adoção de novas técnicas leva necessariamente a um aumento do grau de eficiência no trabalho, do rendimento de colheitas, da taxa de lucro e, finalmente, à elevação do nível de vida. Os fatores culturais poderiam influir apenas sobre a velocidade com que se fará a adoção de novas técnicas e atitudes. Suas consequências serão, contudo, sempre as mesmas, na medida em que os mesmos estímulos e

³ Maria Isaura destaca Henri Mendras como um dos sociólogos franceses que mais se interessou pelo problema da definição da sociologia rural e de seu objeto de estudo. Partindo de definições de Robert Redfield, das obras do historiador francês Marc Bloch sobre a sociedade rural do seu país, e da tese de André Varagnac, sociólogo e folclorista, sobre a decadência da sociedade agrária tradicional francesa, Mendras chegou a uma caracterização da sociedade camponesa, que considerou como sendo o objeto por excelência da sociologia rural. Mendras também analisou a decadência do campesinato e do seu gênero de vida, enfatizando o processo de profissionalização da categoria, ligado à racionalização do trabalho e à mecanização da lavoura, que o aproximava dos moldes vigentes nas atividades industriais e comerciais modernas.

motivações agem de maneira igual em diferentes contextos. Assim, bastaria “pôr ao alcance do camponês máquinas, crédito, transportes, um mínimo de organização de empresas, para que ele passe a agir da mesma maneira que um sofisticado agricultor norte-americano” (ibid., p. 19).

Para Maria Isaura, a compreensão do processo de mudança no meio rural a partir da adoção de técnicas modernas exige que se leve em conta “sistemas de valores, sistemas religiosos, sistemas filosóficos, provenientes de outros horizontes culturais” (ibid., p. 17), que agem no sentido de reinterpretar os novos elementos a partir de dentro de quadros de referência diversos. Assim, “o processo de difusão não teria mais como resultado indiscutível a homogeneização e a padronização socioculturais, mas redundaria na criação de novas formas de civilização, provenientes de processos de sincretismo entre todo o acervo difundido e o acervo sociocultural existente na região” (id.).

Maria Isaura ressalta que, “embora coexistindo dentro de uma sociedade e obedecendo portanto às mesmas correntes sociais profundas” (ibid., p. 24), a cultura rural e a cultura urbana se estruturam em função de tipos distintos de organização do trabalho, que constituem dados essenciais para a compreensão das diversidades culturais. A socióloga assinala que, nesse ponto, suas obras se distinguem das análises efetuadas por Henri Mendras, que considera como elemento primordial a influência das máquinas ou dos elementos naturais sobre o indivíduo. Ela atribui, ao contrário, um papel central à organização do trabalho. Com efeito, a ligação homem-terra constitui elemento estruturante do trabalho rural. Nos grupos urbanos, o trabalho é antes de mais nada de cunho administrativo. Assim, mesmo quando o camponês se transforma em agricultor, passando a utilizar técnicas modernas, a relação com a natureza permanece fundamental. “Desse modo, por mais que na cidade se inventem novas técnicas e novos modos de produção, terão elas sempre que se adaptar ao tipo de trabalho rural – e, portanto, terão de ser reinterpretadas dentro de um contexto sociocultural diverso do contexto sociocultural urbano” (id.).

Assim, para Maria Isaura, “não há razão para supor que venham a se apagar totalmente as diferenças entre meio rural e meio urbano, uma vez que a organização do trabalho permanece como uma diferenciação de base entre os dois tipos de sociedades” (ibid., p. 25). Dentro desse quadro, sociologia rural e sociologia urbana devem persistir como disciplinas distintas, embora complementares, associadas a tipos determinados de grupo social. Maria Isaura ressalta que, “a partir dessa diversidade primeira, pode-se pensar que variedades

culturais existirão sempre” (id.). A atenção à diversidade e complexidade social constitui assim um traço notável de sua obra.

Referências bibliográficas

- CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1971.
- FUKUI, Lia. Estudos clássicos de sociologia agrária: comunidades, estruturas agrárias, caracterização da camada camponesa. *Ciência e Cultura*, v. 27, n. 6, 1975.
- GNACCARINI, José César e MOURA, Margarida Maria. Estrutura agrária brasileira: permanência e diversificação de um debate. In: *O que se deve ler em ciências sociais no Brasil*, n. 3. São Paulo: Cortez, Anpocs, 1990.
- IANNI, Octávio. *Sociologia e sociedade no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- JACKSON, Luiz Carlos. *A tradição esquecida: os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antônio Candido*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: FAPESP, 2002.
- LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MELATTI, J. C. *A antropologia no Brasil: um roteiro*. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, série Antropologia, n. 38, 1983.
- NOGUEIRA, Oracy. Os estudos de comunidade no Brasil. In: *Revista de Antropologia*, ano 3, n. 2, 1955.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “Désorganisation des petites communes brésiliennes. In: *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. XXVIII, 1960.
- _____. Uma categoria rural esquecida. *Revista Brasiliense*, n. 45, 1963.
- _____. O sitiante brasileiro e as transformações de sua situação socioeconômica. *Les problèmes agraires des Amériques latines. Actes du Colloque International*. Paris: Ed. du Centre National de la Recherche Scientifique, 1967.
- _____. Por que um sociologia dos grupos rurais? In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. (Org.). *Sociologia Rural*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- _____. *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.
- _____. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil*. 2ª edição, Petrópolis: Vozes, 1976.

PRADO Jr. Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

REDFIELD, Robert. *The Folk Culture of Yucatan*. Chicago: University Press of Chicago, 1941.

VILLAS BÔAS, Gláucia. *A vocação das ciências sociais*. Um estudo de sua produção em livro (1945-1966). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

LOPES, Aline Marinho. Os estudos de Maria Isaura Pereira de Queiroz sobre o campesinato e as transformações no meio rural brasileiro. *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro de 2014, vol. 22, n. 2, p. 319-342, ISSN 1413-0580.

Resumo: (*Os estudos de Maria Isaura Pereira de Queiroz sobre o campesinato e as transformações no meio rural brasileiro*). O objetivo deste artigo é discutir os estudos de Maria Isaura Pereira de Queiroz sobre o campesinato brasileiro, concentrando-se na análise dos bairros rurais e de suas relações com o meio urbano. A partir do exame detido das pesquisas efetuadas pela autora em torno do gênero de vida dessas camadas, procura-se de um lado demonstrar de que forma elas permitem questionar imagens cristalizadas a respeito das populações rurais, de outro, propor uma visão singular sobre as relações entre rural e urbano e a passagem do tradicional ao moderno.

Palavras-chave: pensamento social brasileiro, mudança social, mundo rural brasileiro.

Abstract: (*Studies of Maria Isaura Pereira de Queiroz on the peasantry and transformations in rural Brazil*). The purpose of this article is to discuss the studies of Mary Isaura Pereira de Queiroz on the Brazilian peasantry, focusing on analysis of rural neighborhoods and their relationships with the urban environment. From the examination of the research conducted by the author around the lifestyle of these groupings, we seek to demonstrate how they permit questioning about stereotyped images of rural populations on the one hand, and on the other, proposing a singular vision regarding relationships between rural and urban conditions and the passage from traditional to modern.

Key words: Brazilian sociology, social change, Brazilian rural world.

Recebido em outubro de 2014.

Aceito em dezembro de 2014.